

Morfotipo urbano e a requalificação de centros históricos de cidades pequenas e médias

Entrevista com
Adalberto da Silva Retto Júnior

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP, Brasil
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3473-7097>
E-mail: a.retto@unesp.br

Texto recebido em: 24/04/2019

Texto aprovado em: 31/05/2019

Apresentação

O repórter Marcos Jorge da Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) entrevistou o arquiteto e professor Adalberto da Silva Retto Júnior, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, câmpus de Bauru da UNESP. Durante a entrevista, o arquiteto explora as experiências pretéritas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas em Sistemas Integrados Territoriais e Urbanos (Grupo S.I.T.U), da UNESP-Bauru, e a sua contribuição na revisão do tombamento da cidade de Amparo, em São Paulo, a partir da chancela da mesma metodologia, outorgada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

Em lugar de pensar a revitalização do centro da cidade nos moldes tradicionais, a abordagem propõe uma grande modificação genética a partir do conceito de *morfotipo*. Tal abordagem prevê que instrumentos reguladores e normativos do espaço urbano seriam encarados como oportunidades estratégicas para repensar as funções do novo centro, explorando outras sinergias entre o público, o privado e o social.

A lógica das ações parte de três premissas com base na nova concepção de reabilitação de espaços na cidade contemporânea:

I – A “cidade contemporânea” é aquela apta a ser reescrita em virtude dos sinais progressivamente inscritos, lidos e reinterpretados, e como um lugar revestido de sentido, de valor simbólico, político, social e econômico. Uma cidade na qual cada

tentativa de projeto internalizado na paisagem estabelece um diálogo com as camadas de tempo da cidade, criando condições de viver, regenerar-se e absorver “novos significados” em uma constante operação de jogo de escalas (a arquitetônica, a urbana e a territorial);

II – O Centro afirma-se como laboratório e imediatamente consolida nova dimensão estrutural ao pensamento projetual do urbanismo: marca a natureza do bem comum, entendido como extraordinário patrimônio de recursos que envolvem componentes ecológicos, naturais, econômicos e culturais. Além de colocar-se como forma interpretativa para compreender a mutação contemporânea, ele permite ler a constante interação entre sedimentação histórica e práticas tradicionais;

III – Para planejar a cidade contemporânea é necessário operar no âmbito da prefiguração, na qual a leitura do fragmento pode efetivamente delinear hipóteses futuras de transformação, no curto, médio e longo prazos, não exclusivamente do ponto de vista físico, mas também social e político.

Entre os diversos dispositivos e operações projetuais, talvez a construção de cenários provoque momentos nos quais o projeto possa ser mais claro, com sequência coerente e hipóteses futuras explícitas. Nesse sentido, com relação às questões de regeneração, dois novos aspectos emergem como balizadores da proposta: a inovação colocada no centro dos projetos, não só do ponto de vista construtivo/tecnológico; mas principalmente do ponto de vista social e jurídico-financeiro.

Entrevista com Adalberto da Silva Retto Júnior

1-) *Em primeiro lugar, acho que seria interessante uma breve apresentação sobre o patrimônio histórico de Amparo / São Paulo e explicar como se deu a aproximação do município com a FAAC/UNESP:*

Para responder sobre a Revisão do Tombamento de Amparo, preciso remontar a um percurso de colaboração e de pesquisa entre a universidade pública e o Condephaat:

1- No decreto de composição do Condephaat, até pouquíssimo tempo, as universidades públicas, dentre elas a UNESP, possuíam 13 representantes ligados a diversas áreas de conhecimento. No biênio de 2015-2016, fui indicado como representante da UNESP, em um Conselho presidido pela Profa. Dra. Ana Lucia Duarte Lanna, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (USP), que promoveu a revisão do Plano de Tombamento de Amparo, do qual participei como membro da equipe e como representante do Conselho.

No caso específico do Grupo de Trabalho (GT) de Revisão do Tombamento de Amparo, constituiu-se uma equipe que, segundo a presidente,

reuniu todas as informações e estudos constantes do processo, problematizou o tombamento a partir do histórico de solicitações de intervenção na área tombada do município de Amparo e, a partir do confronto com bibliografia contemporânea sobre o tema, apresentou seus primeiros resultados na última sessão de 2015.

E ela acrescenta:

Os trabalhos em andamento indicam inovadora perspectiva de análise que reconhece as múltiplas temporalidades do bem tombado e analisam os edifícios em relação e conexão com a cidade e a paisagem, operando com a categoria de morfotipos e não mais com níveis de proteção¹.

A continuidade dos trabalhos foi assim descrita no texto “Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas”, publicado no Dossiê de 50 anos do Condephaat na Revista CPC:

Após um ano de reuniões e debates, o GT pactuou um relatório final em que se consolidou uma metodologia de estudo, análise e definição de parâmetros de preservação de Conjuntos Urbanos no âmbito do Condephaat. Em 2016, o documento foi finalmente aprovado por unanimidade pelo Colegiado, tornando-se um paradigma para a atuação do órgão nesse tema; desde então, o método foi adotado para aprovação, também unânime, da revisão do tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal (Res. SC-35 de 16/11/1992) e da abertura de processo, em 2018, para o Conjunto Urbano de Casa Branca – o primeiro do tipo nos últimos dez anos do Condephaat².

A re(visão) do plano de tombamento da cidade de Amparo – SP efetuada pela equipe designada pelo Condephaat (2016), foi composta pelos conselheiros Adalberto da Silva Retto Junior e Ana Luiza Martins, e pelos membros da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) Valéria Rossi Domingos, Elisabete Mitiko Watanabe, Lara Melo Souza, José Antonio Chinelato Zagato e Sarita Genovez. Partindo de uma demanda específica da Prefeitura Municipal de Amparo, a ação objetivava revisar o tombamento de conjunto da cidade, em função de questionamentos que transcendiam o caso de estudo específico e eram centrais dentro de uma complexa reflexão sobre a valorização do patrimônio de cidades pequenas, programas de modernização urbana e novos processos de desenvolvimento territorial.

Segunda a Ata de aprovação:³

Tratamento da Cidade de Amparo como conjunto urbano, reconhecendo sua morfologia, identificando os remanescentes das diversas temporalidades que formam a cidade; 2- Uso dos 2 eixos históricos, ainda reconhecidos no tecido urbano atual, como referência para o perímetro de proteção; 3- Intervenções nos bens passíveis de substituição deverão garantir a qualidade ambiental dos bens de interesse mais próximos, dentro do conceito de morfotipo, onde um bem se destaca, os demais devem ter tratamento diferenciado, controlando-se as alterações para garantir seu destaque na paisagem urbana daquele subconjunto; 4- Identificar os bens de interesse, de modo que possam ser valorados individualmente; 5- Classificação individual de imóveis de acordo com o tipo de intervenção aplicável: i. Restauração; ii. Recuperação e/ou manutenção; e iii. Manutenção ou substituição e imóvel que pode ser substituído; 6- A resolução não deve trazer diretrizes específicas para os bens classificados como aplicável o restauro (1) ou recuperação / manutenção (2); para os passíveis de substituição (3), se for o caso, estabelecer diretrizes gerais e não fechadas, sejam elas para favorecer ou desfavorecer determinados usos, pautadas pelo morfotipo.

Nesse sentido, e diante do êxito do trabalho, o argumento que se coloca no centro do debate é a formação de uma equipe mista, com participação da universidade pública e técnicos do próprio Conselho. Isso faz com que a atividade de pesquisa, desenvolvida à luz de linhas de investigação no âmbito da universidade, possa ter aplicabilidade mais direta, no sentido de estruturá-la de forma íntima com as práticas e os cenários sociais e territoriais. Por isso, é útil verificar a aplicabilidade de certos parâmetros e suas adaptações; perceber a dimensão projetual no sentido de que o urbanismo termine na ação, trazendo em si

a tensão da mudança para a prefiguração e o funcionamento espacial, para um parecer físico e morfológico dos espaços e para a organização e a gestão dos processos; reconhecer o papel social do processo para suscitar na população a noção de que o urbanismo é pertinente à comunidade e, por isso, deve ser desenvolvido com competência técnica, equilíbrio e consciência da dimensão civil do seu trabalho, inclusive no que tange à participação popular.

Trata-se de contribuição inovadora sob dois aspectos. No quadro dos estudos urbanísticos, partiu-se da categoria morfotipo, utilizada como unidade analítica e também propositiva, como forma de valorizar a inserção histórica de cada elemento na paisagem e, ao mesmo tempo, administrar a dinâmica das transformações de longa duração. Sua natureza multiescalar e polifuncional seria a base para se “construir a cidade sobre a cidade”, colocando no centro da investigação a urgência de se (re)pensar o patrimônio para uma cidade durável.

No âmbito do Condephaat: como frisou a vice-presidente do órgão, arquiteta Valéria Rossi, ao compor uma equipe mista com conselheiros ligados à universidade e membros do próprio órgão, desenvolveu-se um método de trabalho, até então inédito na própria instituição, e que se aproxima de uma “Câmara Técnica”. Entretanto, tal experiência foi muito próxima àquela que vivenciei como pesquisador visitante no Master Erasmus Mundus TPTI (Techniques, Patrimoine, Territoire de l’Industrie: Histoire, Valorisation, Didactique) na Université Paris I Panthéon-Sorbonne.

2-) *Pode explicar brevemente o que são os tais “morfotipos”?*

O presidente do Conselho Regional da *Île-de-France* Jean-Paul Huchon⁴ explicita que “o campo da reutilização do patrimônio foi profundamente alargado” e levanta algumas questões importantes a serem analisadas: Como garantir a harmonia entre o edifício existente e um novo programa? Como adaptar um antigo monumento à sociedade de hoje? A manutenção de uma estrutura existente realmente atende aos requisitos do desenvolvimento sustentável? Essa atitude, que é contrária à museificação total, indaga sobre a conciliação entre os imperativos do patrimônio e a evolução de usos, como forma de evitar os dilemas da museificação ou da transformação em ruínas, que tem no Pátio Ferroviário de Bauru seu exemplo mais acabado.

A abordagem que utiliza *Morfotipo Urbano* como categoria repensa o patrimônio à luz desse aspecto que coloca como centro do debate urbanístico a ação de requalificação da cidade, em lugar de partir da revitalização nos moldes tradicionais. Do ponto de vista urbanístico, é pensar o patrimônio histórico no seio do projeto da cidade contemporânea. Isso significa uma grande mudança conceitual, na qual o plano de valorização não só funcionaria como instrumento regulador e normativo dos espaços, mas ainda como promotor de desenvolvimento envolvendo o tecido da cidade nas várias formas de regeneração urbana, incorporando princípios de Renovação, Reutilização e Reconversão do Patrimônio (os três Rs).

Tal abordagem objetiva reorganizar o espaço com base em novos princípios e em lógicas de desenvolvimento típicas dos centros de cidades, cuja ideia de recuperação englobaria todos os assuntos que afetam a densidade populacional, a diversidade, a energia ou capacidade de adaptação, a partir de novos modos coletivos.

Dentro desse quadro, com relação às questões de regeneração, novos aspectos emergem como balizadores da proposta: a inovação colocada no centro do debate, não só do ponto de vista construtivo-tecnológico, mas principalmente do social, jurídico e financeiro. Esses pontos de vista poderão ser a prova clara do que realmente pode ocasionar mudança de ritmo, alteração nos caminhos para o desenvolvimento de uma cidade, tomando por base a capacidade de instalar um verdadeiro laboratório para pensar o futuro.

Segundo Retto Junior⁵, ao analisar as transformações propostas para Reinventar - Paris na gestão da prefeita Anna Hidalgo, as ações a serem estruturadas a partir dessa abordagem, deverão reafirmar três premissas a respeito da nova concepção dos espaços a serem reabilitados na cidade contemporânea:

I – A “cidade contemporânea” é aquela apta a ser reescrita em virtude dos sinais progressivamente inscritos, lidos e reinterpretados e como um lugar revestido de sentido e valor simbólico, político, social e econômico; nessa cidade, cada tentativa de projeto internalizado na paisagem estabelece um diálogo com as camadas de tempo, em condições de viver, regenerar-se e absorver “novos significados”, em uma contante operação de jogo de escalas;

II – O Centro da cidade se afirma como laboratório e imediatamente consolida

nova dimensão estrutural ao pensamento projetual do urbanismo: marca a natureza do bem comum, entendido como extraordinário patrimônio de recursos que envolvem componentes ecológicos, naturais, econômicos e culturais. Ou seja, o Centro se coloca como forma interpretativa para compreender a transformação contemporânea e, além disso, permite que se leia a constante interação entre sedimentação histórica e práticas tradicionais;

III – Para planejar a cidade contemporânea é necessário operar uma refiguração, na qual a leitura do fragmento possa efetivamente delinear hipóteses futuras de transformação, em curto, médio e longo prazos, não exclusivamente do ponto de vista técnico, mas também do social e político.

Vale ressaltar que o percurso que coloca a metodologia do *Morfotipo Urbano* como categoria que viria questionar parâmetros consolidados no âmbito da preservação de conjuntos urbanos, como entendido pelo Condephaat por ocasião da Revisão do Tombamento de Conjunto da Cidade de Amparo, inicia-se, na realidade, à luz da discussão que repensa o papel dos “centros históricos” no projeto da cidade contemporânea.

Tal discussão, no âmbito das cidades do Centro-Oeste Paulista, entra em pauta primeiramente na época do Laboratório de Agudos (2004-2006), realizado com a consultoria do urbanista italiano Bernardo Secchi, no debate sobre a concepção do projeto particularizado para o Eixo Histórico. Em um segundo momento, há uma ampliação e sedimentação do debate a partir da minha experiência como professor-visitante no Master em Techniques, Patrimoine, Territoire de l'Industrie: Histoire, Valorisation et Didactique que, em certa medida, refletia a nova política que estava sendo construída pela prefeita de Paris Anna Hidalgo.

A compreensão e a tomada de consciência de que “a cidade que se lê é aquela na qual se atua” levou-nos a pensar os edifícios, não de forma isolada, mas explorando relações de proximidade e de vizinhança com o entorno, promovendo reinserção paisagística dos bens tombados, observando o diálogo com os usos e as várias camadas de tempo da cidade contemporânea, a partir da concepção de uma ideia de composição urbana (*Morfotipos Urbanos*).

Assim, as simulações espaciais de recolocação paisagística de cada elemento arquitetônico devem ser normatizadas, não só do ponto de vista do restauro do

edifício e de uma simples mudança de uso, mas com formulações capazes de influir sobre as iniciativas dos outros sujeitos públicos e privados. Portanto, a constituição material dos projetos isolados, agregados por homogeneidade, torna-se um “dispositivo” do plano de tombamento, para um itinerário da ocupação futura em um tempo mais longo.

O *Morfotipo Urbano* possui, portanto, função organizadora, que é primordial para gestão das relações (ou conflitos) entre usos, tempos e espaços, a partir de uma ideia de composição urbana que considera a transformação da cidade dentro de uma visão estratégica complexa; é um instrumento de regulação baseado em parâmetros técnicos, visando resolver uma “equação espaço-temporal”. Entre os diversos dispositivos e operações projetuais, talvez a construção de cenários baseados na formulação dos *Morfotipos Urbanos* provoque momentos nos quais o projeto possa apresentar-se com maior clareza, sequência coerente e hipóteses futuras explícitas.

3-) O que envolve a metodologia empregada em Amparo, e qual a importância de o Condephaat referendá-la?

A base da investigação que colocou a categoria *Morfotipo Urbano* no centro do debate tem na sua origem uma interrogação tipomorfológica baseada no lastro operativo característico da Escola Morfológica Muratoriana (Veneza, Itália) que, a partir dos anos de 1950, se ligava aos questionamentos de superação dos princípios da Carta de Atenas e redescoberta de uma “nova urbanidade”. Esta linha de investigação, tipologia e estudo tipológico, explora a relação entre forma da cidade (e do território) e planificação urbana e territorial, e colocou a tipologia como instrumento para o estudo dos fenômenos urbanos. Na linha do estudo tipológico, há uma clara indagação projetual que busca entender a lógica das disposições espaciais mais do que sua aparência formal.

Dado que a cidade contemporânea é uma cidade formada por acúmulo de tempos (CORBOZ, 1983, p. 33), o grande desafio do início dos trabalhos, em Amparo, foi o de explorar as camadas de tempo e as coerências espaciais da arquitetura, em sua inserção urbana e territorial, buscando entender as consequências nas operações de regeneração e requalificação, muito mais de que as coerências temporais.

Porém, a entrada do projeto nesse cenário permite apresentar a lógica quantitativa da acumulação das coisas e a coerência qualitativa de sua “disposição” (localização), que consiste em dar ao projeto o valor exploratório da especificidade e potencialidade dos lugares, e também apontar a viabilidade das escolhas. Portanto, não se trata somente de colocar empecilhos ou limites, mas de inovar com os novos modelos de natureza espaço-temporal que produzam ambientes originadores de tempo e valor estético.

O fato de o Condephaat ter cancelado tal metodologia não significa que as indagações tenham cessado, pois as diversas perspectivas de estudo e de intervenção não parecem, no entanto, estar em condição de serem resolvidas de forma completa. Como descrito acima, a noção de *Morfotipo Urbano possui variantes*, que demonstram diferentes registros e contextos de ação e colocam as experimentações em torno do patrimônio como recurso estratégico para o desenvolvimento.

O itinerário desse debate dentro do Grupo de Pesquisa S.I.T.U. (Pesquisas em Sistemas Integrados Territoriais e Urbanos), começou a partir de um projeto temático de cunho historiográfico da Fapesp⁶ e, somente posteriormente, ao entrecruzar os fios da história (das cidades em seus territórios) e das convergências projetuais possíveis, essa cultura tipo-morfológica de cunho crítico-operativo poderia ser atualizada, à luz de análises baseadas em sistemas urbanos, enfocando principalmente, a escala territorial, que assumiu o viés de atuação na elaboração dos planos diretores dos municípios de Agudos, São Manuel, e na Análise do Tombamento do Complexo Ferroviário de Bauru, dentre outros.

1- Na experiência da proposta do Eixo Histórico de Agudos (2004-2006), o projeto deixou de ser a simples consubstanciação de um conceito fechado de “calçadão” para se revestir de características intencionais e seletivas ao conter, explicitamente, hipóteses de transformação que representassem verdadeiras estratégias projetuais e normativas, atravessando escalas, estratos e períodos históricos. Assim, seu desenho interpelou e determinou a mutação a partir de um processo, cuja continuidade entre a axialidade e o interior das quadras levasse a uma alteração morfológica, o que modificaria radicalmente seu valor urbano.

Diante da demanda de um “calçadão” com objetivo de fortalecer o comércio local passou-se à ideia de “percolação”, explorando a inserção de fluxos complementares no interior das “quadras” e novos usos, como o habitacional,

estabelecendo uma nova relação entre a axialidade do eixo e o interior das quadras que se encontravam vazias.

A concepção final, configurada em um sistema de super-quadras (arranjo de quatro quadras menores), provou ser um importante passo para a construção de um modelo flexível e participativo de controle qualitativo do espaço, no qual as normas adquirem um papel vinculante na formação de uma imagem compartilhada do espaço.

Assim, o diálogo entre pré-existências e o vazio deveria apreender tanto as transformações (modificação de gravitações internas e externas, hierarquias urbanas e territoriais), quanto os elementos que os atravessam, como os de continuidade, materiais (estruturas de assentamento), de organização, conhecimento ambiental e capital social, definindo sua natureza de curto, médio e longo prazos.

2- Na Revisão do Plano Diretor Participativo de São Manuel, o evento “Cidade Memória e a Memória da Cidade: Plano Diretor e estratégias de Preservação”, que contou com a participação de especialistas e profissionais ligados ao Condephaat, definiu um objetivo triplo: 1- pensar estratégias de preservação a partir da valorização da história cultural da cidade em seu território; 2- apoiar iniciativas de formação do quadro de professores e profissionais da cidade para pensar formas de valorizar a história local; 3- apoiar a discussão da gestão e valorização do patrimônio artístico e ambiental, a partir de soluções criativas⁷.

Na concepção da Trama Urbana e Territorial de São Manuel, cujo mosaico de recordações era formado pela memória dos espaços físicos da cidade, o conjunto de seus edifícios, praças, jardins, ruas e fazendas poderia compor uma grande sinfonia para balizar o projeto da “nova cidade”. Na reconstrução dessas camadas, um olhar cuidadoso orientou a seleção de três escalas: a arquitetônica, com a transformação dos edifícios públicos acessíveis de valor histórico; a urbana, no desenvolvimento de uma trama urbana 100% acessível; e a territorial, a partir da concepção de um “Percurso Ecológico entre Reforma Fundiária e Jardim Produtivo – o Sistema Ecológico Territorial composto pelas sete rotas de São Manuel”, com a introdução de atividades de agricultura alternativa.

Uma abordagem resolutamente aberta do urbanismo à arquitetura, da pequena à grande escala. A partir das tramas derivadas dessas narrativas e

imagens, tanto na escala urbana quanto na territorial, buscou-se recompor memórias para pensar o futuro da cidade em seu território mais amplo.

Para a construção do eixo Cidade Sustentável partiu-se da percepção de que um novo sentido e papel poderiam ser dados à agricultura, explorando possibilidades que, de um lado, permitem a integração da produção das grandes fazendas à cidade – percurso histórico do café e, por outro lado, conjugam valores tradicionais e econômicos para permitir a sobrevivência de uma paisagem histórica⁸.

A proposta visou instaurar uma economia estratégica com condições de intervir no vasto território, transformando-o em um “sistema flexível de produção alimentar” a partir de faixas de terras de ocupação, conjugando a lógica biocompatível, a agricultura, o cultivo e o uso de técnicas regenerativas que permitem repensar a economia da pequena produção dentro do projeto da “cidade contemporânea”.

3- Na indicação do Condephaat para revisar a Lei de Tombamento do Pátio Ferroviário de Bauru, tal formulação pareceu-me como fundamental para se pensar a relação da área tombada com a cidade e com o território. Antes de emitir o parecer solicitado, procedeu-se a uma investigação criteriosa, levando-se em consideração o arco temporal entre a data da proposta do tombamento (1992) e a data atual (2015), como forma de elucidar as relações recíprocas entre a área em questão e a cidade, tanto nas transformações do uso do solo como naquelas morfológicas. Seguem-se alguns pontos relevantes:

- O perímetro de proteção, que em 1992 se dissolvia na paisagem da cidade, materializou-se em um muro; este não só segregou o núcleo urbano do tecido circundante, como também culminou na perda parcial da dimensão paisagística na cidade;
- Onde o muro inexistente concretamente, há uma relação pouco clara entre as áreas lindeiras e a urbanização consolidada, criando uma área de transição relativamente ambígua do ponto de vista funcional e urbano;
- Alguns edifícios elencados no processo passaram por restauro e estão sendo ocupados por usos administrativos (secretaria, museu etc.). Apesar da ação deliberada de reconversão a partir da mudança de uso, nenhuma edificação do entorno imediato na área onde foi efetivada a restauração – conseguiu

valorização significativa. Ao contrário, a cada ano, aumentam os índices preocupantes de degradação física e socioeconômica.

- O confronto entre o uso do solo de 1992 e o atual demonstra, na lateral do denominado Centro antigo, uma predominância de serviços que anteriormente era comercial; nas laterais esquerda e direita, ao longo da margem, a concentração de uma urbanização desqualificada e com pluralização mínima para usos de comércio local, com poucos serviços.

Essas constatações *in loco* fornecem um quadro crítico que explicita a tensa relação entre patrimônio e o projeto da cidade contemporânea. Diante do exposto, para um procedimento correto de avaliação no tocante à solicitação da Prefeitura de Bauru, coloca-se como indispensável agregar como ponto fundamental: a valorização do patrimônio do território a partir do seu tombamento efetivo.

Talvez o centro de interesse, que pode nos levar a considerar a solicitação da prefeitura, não abranja tanto a discussão do que tomar, como explicitado no parecer, mas como o projeto do plano de tombamento pode se concretizar na valorização do patrimônio cultural a partir de uma nova imagem de cidade pública: uma estrutura entre as perspectivas de cenários futuros e as necessidades da comunidade, de um lado, e as ações ditadas pelas exigências do cotidiano e dos sujeitos singulares, do outro.

Logo, não existem peças novas acrescentadas ao processo que possam levar a uma reconsideração da proposta de tombamento em questão. Porém, no meu entender, a novidade que se coloca está, de um lado, ligada ao processo de tombamento do pátio ferroviário da cidade de Bauru e, de outro, ao fato de como o processo de preservação pode tornar-se uma ação efetiva de valorização e de consolidação de programas a serem partilhados com os atores envolvidos. Esses programas seriam baseados em escolhas estratégicas como forma de consolidar ações e normativas, em estreita coordenação com as intervenções dos diversos órgãos institucionais competentes e com a finalidade de melhor integrar a política de valorização de bens culturais e as políticas governamentais de desenvolvimento sustentável do território.

Ao pensar de forma hipotética a sobreposição dessas duas ações, pode-se entender que o tombamento, como proposto, reforça a bipolaridade centro-periferia que desenvolveu um papel fundamental nos processos de urbanização e na formação dos instrumentos da disciplina do urbanismo até os anos de 1980,

aproximadamente.

Portanto, ao inserir a importância da dimensão paisagística da área, dentro do processo de tombamento – o que viria a consubstanciar o vazio como elemento fundamental de memória da cidade – pode-se romper com a relação biunívoca centro-periferia que culmina no isolamento de áreas urbanizadas, dando a cada um dos bairros lindeiros um novo sentido de habitar, além de permitir a reconfiguração do espaço que abrange o leito ferroviário da cidade. A partir da patrimonialização dessa área, pode-se identificar uma nova rede de lugares urbanos que, de um lado, se agregam à cidade compacta e, de outro, à rede do sistema de espaços abertos e áreas verdes.

No passado, a mesma área possuía pontos de compenetração e interrelação com o tecido urbano e produtivo. Hoje as bordas da área coincidem com situações residuais de um sistema territorial antropizado, constelado por episódios discretos e ocasiões que podem transformar o existente.

Duas estruturas, duas redes ambientais, revelam as escalas analítica e projetual:

- Na escala territorial, as novas relações da área com a cidade podem estimular a visão multipolar que, em certa medida, já é evidente na cidade, a partir da utilização dos fundos de vale como alvo de projeto, tanto do ponto de vista da mobilidade como do sistema de drenagem;

- Na tangência da área com os bairros e o Centro: a reinserção paisagística dos edifícios tombados deveria ser feita, não de forma isolada, mas como *Morfotipos Urbanos*, que adquirem espessura material na construção da borda, explorando relações de proximidade e de vizinhança com o entorno imediato.

Talvez essa formulação possa ser prevista na denominada área de entorno do bem tombado, em vez de enumerar restrições de gabarito para dar visibilidade ao patrimônio. No caso específico do pátio ferroviário de Bauru, em alguns pontos, a visibilidade está altamente comprometida e pouco desvelaria o bem em questão. Assim, as simulações espaciais de recolocação paisagística de cada elemento arquitetônico devem ser normatizadas, não só do ponto de vista do restauro do edifício e de uma simples mudança de uso, mas como *Morfotipo Urbano* capaz de influir diretamente sobre as iniciativas dos outros sujeitos públicos e privados. Portanto, a constituição material dos projetos isolados, agregados por

homogeneidade, torna-se um “dispositivo” do plano de tombamento, para um itinerário da ocupação futura em um tempo mais longo.

Dessa forma, a ecologia da paisagem passa imediatamente a ser um método de planificação territorial e urbana, pois surge como prática da organização do uso sustentável dos recursos físicos, biológicos e culturais, a partir de “conceitos espaciais”. Essa nova estrutura de cidade pública coloca dois ambientes em relação direta: o da rede paisagística e o da rede ecológica, cada um com suas respectivas regras que delimitam os confins recíprocos. São ambientes nos quais se faz necessário evidenciar as margens de permeabilidade da borda para pensar valorizações com estratégias favoráveis de proximidade.

Os pontos fixos das regras de implantação para os traçados infraestruturais e para os lugares dos serviços de uso público estariam integrados em uma sucessão de ambientes, nos quais as bordas e margens assumiriam dimensões e formas diversas: de um espaço para contemplar um artefato histórico; do perfil de uma conexão através de frentes urbanas construídas, de equipamentos culturais e de lazer, de habitações verticalizadas, articulando as áreas aos lugares de produção e de comércio.

Na continuidade morfológica do território e do urbano, a construção da borda corresponderia às situações de escala intermediária: entre o contexto urbanizado, com diferentes densidades e morfologias consolidadas; entre os diversos usos e apreensões da paisagem. Nesse sentido, o projeto de tombamento confronta-se com outros níveis de relação: o da área vasta, cujos confins e limites permanecem disformes na dimensão aberta dos cenários de referência, e o das especificidades de cada lugar em sua relação direta com os bairros lindeiros, os quais possuem exigências de desenvolvimento e de crescimento endógeno que impõem confrontos aproximativos da dimensão ambiental técnica das bordas, das margens e das intervenções singulares. A perspectiva temporal, nesse caso, deve permitir identificar os pontos fixos, o lugar ideal das regras, em lugar de um novo projeto urbano unitário.

Um projeto desse gênero rejeita a fácil dicotomia de ser pró ou contra a preservação ou tombamento; ou a continuidade das normas construtivas históricas e a área envoltória, ou ainda ser pró ou contra o perímetro, pois o equilíbrio a ser restabelecido não é unicamente o da área específica do patrimônio e, conseqüentemente, do seu entorno imediato, nem mesmo um problema que pode ser exaurido na reutilização de edifícios isolados com programas

museológicos e atividades administrativas. O tema projetual central é a possibilidade dessa área se constituir na nova imagem de uma cidade pública, onde a representação dos espaços e dos lugares emblemáticos estaria pautada em novos modelos de utilização do espaço público.

Nesse sentido, a formulação do *Morfotipo Urbano* é utilizada para “Construir a cidade sobre a cidade (*la ville sur la ville*), trabalhando o território na sua relação com as bordas com um sentimento de continuidade. Uma continuidade do espaço, mas também histórica, pois viver em um lugar requer percorrer todos os dias não só seus espaços, mas também seus tempos.

4-) *O documento fala sobre um futuro evento organizado pelo Condephaat sobre a atuação do grupo de trabalho do qual o senhor fez parte. Há alguma previsão de quando e onde?*

Em reunião com o atual presidente do Condephaat, Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin, e a vice-presidente, Valéria Rossi, tínhamos elaborado um possível cronograma que está em atualização em função das mudanças em curso na própria Secretaria de Cultura. Espera-se, no entanto, que aconteça ainda neste ano.

Pensou-se em realizar, na sede do Condephaat, um evento para apresentação da nova abordagem e, na cidade de Amparo, uma série de oficinas, pois a eficácia da metodologia só será afirmada como instrumento de medida se interpretada de acordo com vários significados. Dessa forma, as ferramentas operacionais para conservação e preservação do patrimônio histórico deveriam se voltar à qualidade do bem tombado, com atenção especial à morfologia, estética e eficácia de uso; à integração do bem na área urbana, ou seja, enfrentando os problemas cotidianos da cidade contemporânea, mantendo no mesmo horizonte os padrões econômicos, urbanos, ambientais etc.; e à comunicação, tentando oferecer diretrizes regulatórias claras e de fácil compreensão para todos.

NOTAS

1. LANNA, Ana. Patrimônio cultural: política e práticas. Relatório da gestão 2013/2015 da presidente do Condephaat. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 189. *Vitruvius*, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5944>>.

2. NEVES, D. R. L., ZAGATO, J. A. C. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas. *Revista CPC*, v. 13, n. 26, p.162-190, 2016.
3. Ata da Sessão do Condephaat publicada no *Diário Oficial*, Poder Executivo – Seção I, São Paulo, v. 126, n. 173, p. 56, 14 set. 2016.
4. HUCHON, Jean-Paul. Préface. In: DAMM, Paul; AYRAULT, Phillipe (Org.). *Rénover, réutiliser, reconvertir le patrimoine*. Paris: Somogy Édition d’Art, 2015.
5. RETTO JUNIOR, Adalberto da Silva. Reinventar Paris. *Pós: Revista dd Programa De Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 24, n. 44, p. 166-168, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v24i44p166-168>>.
6. Projeto Temático Fapesp “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano. Estado de São Paulo, séculos XIX e XX”. Coordenação Geral: Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani. Equipe: UNESP Bauru – Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Jr (coordenador), Prof. Dr. Norma Constantino, Profa. Dr. Marta Enokibara, Prof. Dr. Celio Losnak; Puccamp de Campinas, Profa. Dra. Ivone Salgado (coordenadora); Unicamp, Profa. Dra. Maria Stella Bresciani, Prof. Dr. Edgar De Decca, Profa. Dra. Cristina Meneguello, Profa. Dra. Silvana Rubino. Colaboradores: Profa. Dr. Josiane Cesarolli, Profa. Dra. Marisa Carpintero.
7. *Cidade memória e a memória da cidade: plano diretor e estratégias de preservação*, São Manuel, 25 e 26 de setembro de 2015. Programa do primeiro dia: 11h - Recepção dos palestrantes e convidados no Museu Municipal de São Manuel pelas autoridades e Conselho de Patrimônio / 13:30h - Percurso histórico no Centro Histórico de São Manuel / 16h - Abertura do evento / 16:15h - Arquiteta Valéria Rossi (Vice-Presidente do Condephaat), - “Ferrovias e cidades: história e memória da Estrada de Ferro Sorocabana”. Profa. Dra. Ana Luiza Martins (Historiadora FFLCH e Conselheira do Condephaat) / 16:45h - “Tombamentos de conjuntos urbanos pelo Condephaat: breve trajetória e práticas atuais”. Arquiteto José Antonio Zagato (técnico da UPPH do Condephaat) / 17:30h - “Fazendas de café”. Mestre Arquiteto Elizeu Marcos Franco (UPPH do Condephaat) / 18h - “A obra do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) no contexto da Primeira República”. Prof. Dra. Maria Cristina Wolf de Carvalho (FAAP) / 18:30h - “Arquiteto Paisagista Reynaldo Dierberger e o processo de modernização do interior paulista”. Profa. Dra. Marta Enokibara (UNESP Bauru) / 19:30h - “A criação do Conselho de Patrimônio como estratégia de preservação da cidade de São Manuel e seu território”. Dr. Valmir Ambrozini (Presidente do CPM de São Manuel) / 19:45h - “A trama urbana como estratégia narrativa de recuperação de memórias: entre a cidade memória e a cidade acessível”. Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Júnior (Coordenador científico da revisão do Plano Diretor Participativo de São Manuel e Conselheiro do Condephaat) / 20:15h - “Cidade memória x Cidade sustentável”. Engenheiro Agrônomo José Marcos Leme (Casa da Agricultura). Programa do segundo dia: “Percurso nas fazendas históricas de São Manuel”. Mestre Arquiteto Elizeu Marcos Franco (UPPH do Condephaat).
8. À frente dos trabalhos esteve a Casa da Agricultura de São Manuel, na figura do Engenheiro Agrônomo José Marcos Leme. Houve o apoio das Fazendas, Sítios, Paróquia Aparecida de São Manuel, Faculdade IMES de Aparecida de São Manuel, Capela de Santa Cruz no Bairro dos Machados, Faculdade Marechal Rondon, como também do Conselho Municipal de Turismo: Rafael Rondina Pupo, Mário Pupo da Silveira Filho, Paulo Turchiari, Prof^a Ilze, José Antonio Melchiori Bolognesi, 1º Ten. Ricardo de Souza Cunha, Dra. Ana Carolina Brito Machado, Tânia Cecília Tavares Casquel, Maria Beatriz G. Barros Martorelli, Solange Bomtempo de Almeida Costa, Felipe Eugenio Troiano de Godoy, José Eduardo Garcia, Jefferson Willian Garavello de Souza, Simone Maria Pampado Casquel D’Avino, Lígia Aparecida Figueiredo Corulli, Elaine Cristina Rodrigues Tomazini, Celisa Maria Bertaglia Luizetto.

Adalberto da Silva Retto Júnior é Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Bauru, em São Paulo, Brasil. Coordenador do Curso Internacional de Especialização Lato Sensu em Planejamento Urbano e Políticas Públicas: Urbanismo, Paisagem, Território. Pós-Doutor pela Università IUAV di Venezia, na Itália. Doutor em Estruturas Ambientais e Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e pelo Departamento de História da Arquitetura e Urbanismo do Instituto Universitário de Arquitetura de

Veneza, Itália. Graduado em Arquitetura e Urbanismo e Especialista em Urbanismo Moderno e Contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP).

Como citar:

RETTO JÚNIOR, Adalberto da Silva. Morfotipo urbano e a requalificação de centros históricos de cidades pequenas e médias. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 554-570, jan./jun. 2019. Entrevista concedida a Marcos Jorge. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.